

## ADOÇÃO INTUITU PERSONAE: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA QUANTO AO MELHOR INTERESSE DO ADOTADO

### ADOPTION INTUITU PERSONAE: A SOCIO-JURIDICAL ANALYSIS ON THE BEST INTEREST OF THE ADOPTED

*Emilia Daniela Chuery Martins de Oliveira<sup>1</sup>  
Mateus Chiarioni dos Santos<sup>2</sup>*

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a modalidade de adoção *intuitu personae* e suas principais características com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990 e as mudanças advindas com a promulgação da Lei Nacional da Adoção, Lei n. 12.010 de 2009. Com base na doutrina brasileira e jurisprudências, demonstrando um paralelo entre a possibilidade e a impossibilidade da adoção *intuitu personae* com fundamento aos princípios constitucionais aplicados ao Direito de Família em especial ao princípio do melhor interesse da criança.

**Palavras-chaves:** Adoção *Intuitu Personae*; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Nacional da Adoção; Princípio do Melhor Interesse da Criança.

#### ABSTRACT

The present article aims to present the *intuitu personae* mode of adoption and its main characteristics based on the Statute of the Child and Adolescent, Law n. 8,069 of 1990 and the changes resulting from the enactment of the National Law of Adoption, Law no. 12.010, 2009. Based on Brazilian doctrine and jurisprudence, showing a parallel between the possibility and the impossibility of adopting *intuitu personae* based on the constitutional principles applied to Family Law, especially the principle of the best interest of the child.

**Key words:** Adoption *Intuitu Personae*; Child and Adolescent Statute; National Adoption Law; Principle of the Best Interest of the Child.

#### 1. INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil existem aproximadamente 39,9 mil crianças que residem em instituições de acolhimento aguardando um lar, porém apenas 7.679 estão aptas a serem adotadas em todo o território brasileiro segundo dados verificado no mês de Junho de 2017 no

---

<sup>1</sup> Advogada. Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduada em Direito pela UEPG. Especialista em Direito do Trabalho pela PUCPR. Professora de Direito Civil no Curso de Graduação em Direito pelas Faculdades OPET em Curitiba (PR). E-mail: echuery@uol.com.br.

<sup>2</sup> Docente do 10º período do curso de Direito das Faculdades OPET. E-mail: maat.ttt@outlook.com

Cadastro Nacional de Adoção – CNA, as demais crianças encontram-se em situação fora do cadastro pois estão em vínculo com a família biológica, ou em processo de destituição do poder familiar.

Enquanto os números de pretendentes são de 39.568 mil cadastrados, ou seja, para cada criança na espera de adoção há em média 5 famílias supostamente interessadas. Essa conta seria simples de se completar se a procura por crianças não fosse tão padronizada e idealizada pelos pretendentes, cerca de 92% deles estão em busca de raça branca, e no cadastro de crianças aptas para a adoção existe em média 33% dessas crianças. Isso que é apenas um dos requisitos apontados no Relatório de Dados Estatístico do Cadastro Nacional de Adoção, ou seja, quanto mais o pretendente delimita o perfil de crianças, maior será o tempo na fila de espera para a efetiva adoção.

A discussão sobre adoção no Brasil enfrentou diversas transformações ao longo dos anos, devido a costumes e hábitos tornou-se necessária a criação de leis para regular tal modalidade. A manifestação de vontade dos genitores ou seus parentes biológicos em entregar o filho à determinada pessoa decorre das mais diversas circunstâncias, na maioria dos casos fatores financeiros e emocionais, prática intitulada como adoção *intuitu personae*, ocorrendo até mesmo no início da vida intrauterina. O Poder Judiciário brasileiro não admite de maneira unânime tal modalidade de adoção em razão da não observância ao cadastro nacional de adotantes e demais requisitos legais.

A entrega da criança a família indicada pelos pais, ocorre por diversas situações, sejam elas emocionais, financeiras, ou até mesmo por motivos impensáveis. Os magistrados ao analisarem pedidos de adoção *intuitu personae*, deveriam levar em consideração o disposto no princípio do melhor interesse da criança com prioridade, porém nem sempre tal direito fundamental é respeitado.

## **2. DA ADOÇÃO INTUITU PERSONAE EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

A palavra *intuitu personae* deriva do latim, sua tradução literal significa “consideração à pessoa”. A discussão sobre adoção no Brasil enfrentou diversas transformações ao longo dos anos, devido a costumes e hábitos tornou-se necessário criação de leis para regular tal modalidade. A manifestação de vontade dos genitores ou seus parentes biológicos em entregar

o filho a determinada pessoa decorre das mais diversas circunstâncias, na maioria dos casos fatores financeiros e emocionais, podendo ocorrer até mesmo no início da vida intrauterina.

Com relação ao assunto da adoção *intuitu personae*, a doutrina brasileira se apresenta receosa em aprofundar sobre tal modalidade de adoção. Poucos autores abordam tal assunto, o que torna a adoção *intuitu personae* pouco conhecida em nosso ordenamento jurídico.

Nas palavras de Suely Mitie Kusano<sup>3</sup>, esta apresenta uma clara definição da adoção *intuitu personae*:

Adoção *intuitu personae* é aquela em que a mãe (geralmente; ou também o pai, se conhecido) manifesta a vontade de disponibilizar o filho para à adoção e, sem que tenha havido a suspensão ou a perda do poder familiar, indica, fundamentadamente, pessoa determinada para ser o adotante, antes que este tenha convivido com o adotante e, por isso, ainda não criado o vínculo de afeto (não se trata, pois, de regularizar situação fática anterior), desnecessário que o indicado esteja previamente inscrito no cadastro de adotantes[...].

Maria Berenice Dias<sup>4</sup> define que “a adoção *intuitu personae* ou adoção dirigida é quando há o desejo da mãe de entregar o filho a determinada pessoa. Também é assim chamada a intenção em adotar criança certa”. Segundo a doutrinadora, são diversas as circunstâncias em que ocorre tal adoção.

Diante dos conceitos expostos, a adoção *intuitu personae*, ou como assim define alguns magistrados e doutrinadores de “adoção dirigida”, se apresenta de diferentes maneiras, mas com um único conceito, qual seja o ato de entregar, de direcionar, de escolher ou indicar destino do filho à terceiro.

Eunice Ferreira Rodrigues Granato<sup>5</sup> reconhece a adoção *intuitu personae* como uma adoção pronta, que seria segundo ela, um prévio acerto entre os adotantes e os pais do adotando. Essa prática ocorre com frequência nas famílias brasileiras.

A legislação brasileira não aponta de maneira expressa o termo *intuitu personae* ou adoção dirigida, deixando uma incerteza na sua aplicação frente ao caso concreto, fato este que os princípios aplicados ao Direito de Família se mostram de extrema importância e relevância, pois frente à lacuna, a análise será fundamentada conforme o caso concreto.

---

<sup>3</sup> KUSANO, Suely Mitie. *Adoção de Menores – Intuitu Personae*. Curitiba: Editora Juruá. 2011. p. 126.

<sup>4</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2015. p. 496.

<sup>5</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção. Doutrina e Prática*. Curitiba: Ed. Juruá, 2010, p. 141.

Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 de 1990<sup>6</sup>, não regulamenta tacitamente o assunto como também não há uma vedação. Porém, com a promulgação da Lei Nacional de Adoção, Lei n. 12.010 de 2009<sup>7</sup>, o artigo 50 do ECA, foi acrescido com o parágrafo 13, vejamos:

§ 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:  
I - se tratar de pedido de adoção unilateral;  
II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;  
III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.

Mesmo diante da ausência de previsão expressa, por analogia e interpretação, o parágrafo 13 do artigo 50 do ECA tem sido utilizado para fundamentação da adoção *intuitu personae* em alguns casos, pois os incisos acima mencionados dispõem sobre as hipóteses em que a adoção pode ser aceita sem analisar o Cadastro Nacional de Adoção<sup>89</sup> e o consentimento dos pais para a inserção do menor em família substituta<sup>10</sup>.

Essas três exceções baseiam-se na existência de laços afetivos entre criança e adotado, por ser companheiro de seu genitor, já ser parente ou já estar com a guarda a tempo considerável<sup>11</sup>. Mas em momento algum o legislador permitiu que a mãe escolhesse uma família para entregar seu filho a terceiro que não estivesse previamente cadastrado.

Em sentido contrário, Eunice Ferreira Rodrigues Granato entende que “a Lei n. 12.101 de 2009, Lei Nacional da Adoção, veio impossibilitar a adoção *intuitu personae*, em relação a

<sup>6</sup> BRASIL. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> Acesso em: 10 mai. 2016.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei n.º 12.010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente e revoga dispositivos do Código Civil Brasileiro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)> Acesso em: 10 mai. 2016.

“Art. 50 A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.”

<sup>8</sup> O CNA é uma ferramenta precisa e segura para auxiliar os juízes na condução dos procedimentos de adoção e atende aos anseios da sociedade no sentido de desburocratizar o processo, uma vez que: uniformiza todos os bancos de dados sobre crianças e adolescentes aptos a adoção no Brasil e pretendentes.

<sup>9</sup> CNJ – Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Adoção – Guia do Usuário. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/programas/cadastro-adocao/guia-usuario-adocao.pdf>>. Acesso em 30 de abr. de 2017.

<sup>10</sup> COELHO, Bruna Fernandes. Adoção *intuitu personae* sob a égide da Lei n.º 12.010/09. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9265](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9265)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

<sup>11</sup> LIMA, Karine Barbosa de. Adoção *Intuitu Personae* e Adoção à Brasileira: Aspectos Legais e Consequências Práticas. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI221464,71043-Adocao+intuitu+personae+e+adocao+a+brasileira+aspectos+legais+e>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

crianças com menos de três anos de idade”. Pois segundo ela, com a promulgação da Lei da Adoção, todas as portas que permitiam a adoção *intuitu personae* se fecharam.

O Poder Judiciário não possui uma maneira uniformizada de julgar os casos de adoção *intuitu personae*, gerando uma polêmica no âmbito jurídico. E não raramente até ocorre uma confusão quanto a outras maneiras de filiação afetiva.

Suely Mitie Kusano<sup>12</sup> em conformidade com o exposto expõe:

Verificamos diversidade de soluções: ora o processo ou o pedido de tal natureza é indeferido, ora o juiz é radicalmente contra a quebra da rotina do cadastro. Por um motivo ou outro, há seria dificuldade em admitir-se a adoção direcionada ou *intuitu personae* no Brasil.

Mesmo com as diversidades no entendimento quanto à adoção *intuitu personae*, a falta de previsão legal não pode inviabilizar casos pontuais de tal modalidade de adoção.

### **3. DA POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO INTUITU PERSONAE**

Desde a promulgação da Lei n. 12.010 de 2009, as divergências jurisprudenciais e doutrinárias com relação à adoção *intuitu personae* se fizeram mais presentes. De um lado existe a corrente contrária ao tema<sup>13</sup>, e do outro os favoráveis<sup>14</sup> a relativização da adoção *intuitu personae* frente a legislação.

Atualmente no Brasil existe um debate sobre a possibilidade jurídica da adoção *intuitu personae*. A ideia deu início com o X Congresso Brasileiro de Direito de Família realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o qual aconteceu em outubro de 2015<sup>15</sup>.

Desde então o tema da adoção *intuitu personae* ganhou repercussão no cenário jurídico, despertando assim interesses até mesmo de políticos com criação de projetos de leis<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> KUSANO, Suely Mitie. *Adoção de Menores – Intuitu Personae*. Curitiba: Editora Juruá. 2011. p. 127.

<sup>13</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção. Doutrina e Prática*. Curitiba: Editora Juruá. 2010.

<sup>14</sup> KUSANO, Suely Mitie. *Adoção de Menores – Intuitu Personae*. Curitiba: Editora Juruá. 2011; TARTUCE, Flávio. *Direito de Família: Volume 5*. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2017. e DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2015.

<sup>15</sup> X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. *Famílias Nossas de Cada Dia*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/congresso/index.php/evento/home>>. Acessado em 20 de mai. de 2017.

<sup>16</sup> BRASIL. Projeto de Lei n. 7.632 de maio de 2014. Dispõe sobre prazo para adoção *intuitu personae*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm)> Acesso em: 27 abr. 2017. e BRASIL. Projeto de Lei n. 369 de 2016. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a adoção *intuitu personae*. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127082>> Acesso em: 27 abr. 2017.

A partir do Enunciado n.13<sup>17</sup> aprovado pelo X Congresso do IBDFAM, segundo o qual estabelece que “na hipótese de adoção *intuitu personae* de criança e de adolescente, os pais biológicos podem eleger adotantes”.

Flávio Tartuce<sup>18</sup> afirma que não existem problemas em se admitir a hipótese do Enunciado n.13, desde que atendido o princípio do melhor interesse da criança.

A aplicação do princípio pelo julgador não é somente compreender o que é o melhor para a criança, mas sim o que irá atender objetivamente a sua dignidade como criança e as suas garantias fundamentais. Em um caso aplicado deve-se então atender primeiramente o interesse da criança e do adolescente com os fundamentos legais do princípio.

Maria Berenice Dias<sup>19</sup> salienta sua justificativa favorável quanto a possibilidade da adoção *intuitu personae*, vejamos:

E nada, absolutamente nada, deveria impedir a mãe de escolher a quem entregar o seu filho. Às vezes é a patroa, às vezes uma vizinha, em outros casos é um casal de amigos, que têm certa maneira de ver a vida ou uma retidão de caráter, que a mãe considera serem os pais ideais para seu filho.

O Código Civil Brasileiro de 2002, Lei n. 10.406 de 2002<sup>20</sup>, em seu artigo 1.729 preceitua que, “o direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto. Parágrafo Único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico”. Ou seja, se a legislação Federal estabelece que os pais indiquem para quem seu filho será dirigido em caso de falecimento, o mesmo deveria acontecer em caso de adoção.

No artigo 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990, o entendimento de escolher para quem o filho será dirigido em caso de falecimento, possui a mesma concepção do Código Civil Brasileiro de 2002 (artigo. 1.729).

Suely Mitie Kusano no ano de 2002, ou seja, anterior a Lei Nacional da Adoção, Lei n. 12.010 de 2009, apresentou em sua obra a proposta defendendo a viabilidade de adoção *intuitu personae*, a qual fundamenta não haver previsão legal proibindo tal prática e com isso o Poder Judiciário deveria regularizar seu preceito quanto ao assunto<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). IBDFAM aprova Enunciados. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5819/IBDFAM+aprova+Enunciados++++>>. Acesso em: 20 de mai. de 2017.

<sup>18</sup> TARTUCE, Flávio. *Direito de Família: Volume 5*. 12ª ed. Ed. Forense: Rio de Janeiro/RJ. 2017. p. 295.

<sup>19</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 10ª. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo/SP, 2015, p. 498.

<sup>20</sup> BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Atual Código Civil Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 25 out. 2016.

<sup>21</sup> KUSANO, Suely Mitie. *Adoção de Menores – Intuitu Personae*. Curitiba: Editora Juruá. 2011. 62 p.

O poder legislativo em 2009 ao elaborar a Lei n. 12.010 deveria ter elencado a previsão da adoção *intuitu personae*, assim iria regular a prática presente no cotidiano brasileiro. Pois quando as práticas de adoção *intuitu personae* chega ao judiciário, muitas vezes a conduta dos magistrados não condiz com o princípio do melhor interesse da criança, o qual deveria ser considerado com prioridade.

Como defensora da possibilidade da adoção *intuitu personae*, Maria Berenice Dias aponta que “o juiz não avalia sequer para quem a mãe entregou o filho, para verificar se a situação em que se encontra a criança atende ao seu melhor interesse”. Eles apenas retiram a criança do lar em que se encontram e as colocam em abrigos para aguardar a escolha de um outro lar, que pode perdurar por vários anos<sup>22</sup>.

Diferentemente das decisões monocráticas de processos adoção, alguns juízes e até mesmo decisões de Tribunais serem contrárias ao regulado pelo princípio primordial do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990, o do melhor interesse da criança, o Superior Tribunal de Justiça tem provido decisões favoráveis para a adoção *intuitu personae* levando em consideração o princípio do melhor interesse da criança e alegando não ser absoluto os requisitos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segue ementa Recurso Especial n. 1.628.245 - SP do Superior Tribunal de Justiça (STJ)<sup>23</sup>, o qual trata sobre adoção *intuitu personae*:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. ADOÇÃO *INTUITU PERSONAE*. PRETENDENTE NÃO INSCRITA NO CADASTRO DE ADOTANTES. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR. ESTABELECIMENTO DE VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA COM A PRETENZA ADOTANTE NÃO CADASTRADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(STJ – Resp: 1.628.245 SP 2011/0285556-3, Relator: MINISTRO RAUL ARAÚJO, Data do Julgamento: 13.12.2016, T4 – QUARTA TURMA, Data de publicação: DJE 15.12.2016)

O STJ, ao julgar o Recurso Especial acima, fundamentou decisão no princípio do melhor interesse da criança, pois o processo se estendia desde 2010, a criança havia sido

---

<sup>22</sup> SENADO – Questão do prazo na adoção. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/questao-do-prazo-na-adocao.aspx>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

<sup>23</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.628.245. Relator Ministro Raul Araújo. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1563570&tipo=0&nreg=201102855563&SeqCgrm aSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20161215&formato=PDF&salvar=false>> Acesso em: 12 mai. 2017.

entregue para uma família por indicação da própria mãe biológica com 1 (um) mês de idade, e até a data da decisão do Recurso Especial a criança estava com 6 (anos) de idade, fato este sustentado pelo Relator durante julgamento.

Se os magistrados analisassem os pedidos de adoção *intuitu personae* com menos rigor, sem ficar restrito ao direito positivado, muitas crianças e adolescentes poderiam ter uma qualidade de vida melhor com os cuidados necessários.

Em complemento, Maria Berenice Dias<sup>24</sup>, aponta que:

Tendo a mãe procedido a entrega do filho – de forma regular ou irregularmente – ou até mesmo a jogado no lixo, posterior arrependimento não autoriza que busque sua restituição. Independentemente do tempo em que a criança se encontra em poder de quem acolheu, a constituição da filiação socioafetiva impede que seja retirada dos braços de quem identifica como seus pais. Solução em sentido contrário configura mero apego ao biologismo, que não se justifica, deixando de atentar ao seu melhor interesse para privilegiar o desejo da mãe.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul vem entendendo neste sentido, demonstrando uma maior aceitação e reconhecimento das adoções *intuitu personae* em relação aos demais tribunais pátrios.

Os magistrados integrantes das Câmaras Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul analisam os casos apelados com atenção e cuidados especiais, não ficam limitados ao direito positivado, os princípios constitucionais tem prevalecidos de maneira coesa.

Em conformidade com o exposto, segue ementa da Apelação Cível n. 70066269267 – RS<sup>25</sup>, o relator Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos e a Oitava Turma da Câmara Cível, deram provimento unânime para um pedido de guarda provisória de um menor que foi entregue para adoção com cinco meses de idade.

APELAÇÃO CÍVEL. ADOÇÃO INTUITU PERSONAE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. DECISÃO REVERTIDA. Tomados os renovados princípios constitucionais postos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que enaltecem a proteção ao melhor interesse de crianças e adolescentes, e a previsão normativa de hipóteses de adoção *intuitu personae*, cabe autorizar o processamento da pretensão posta na ação que teve cumulado pedido de guarda provisória, em lugar de sua pronta extinção por indeferimento da petição inicial. DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066269267,

<sup>24</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2015. p. 501.

<sup>25</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível 70066269267 RS. Relator: Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/268403311/apelacao-civel-ac-70066269267-rs/inteiro-teor-268403344?ref=juris-tabs#>> Acesso em: 13 mai. 2017.



Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 10/12/2015).  
(TJ-RS - AC: 70066269267 RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 10/12/2015, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/12/2015)

O afeto presente da criança com os pais adotivos foi um dos fatores responsáveis para a concessão de tal apelação cível mencionada acima, juntamente com o princípio do melhor interesse da criança.

Diante de fatos e dados demonstrados, a adoção *intuitu personae* se apresenta como uma opção segura de colocação da criança e do adolescente em um lar. Desde que atendidos os princípios constitucionais principais elencados no Direito da Família e que ocorra um acompanhamento do caso com atenção especial e diferenciada.

#### **4. DA IMPOSSIBILIDADE DA ADOÇÃO *INTUITU PERSONAE***

Diante de divergências jurisprudenciais e doutrinárias, a adoção *intuitu personae* enfrenta a sua impossibilidade jurídica com o uso de analogias a artigos e legislações positivadas em nosso ordenamento brasileiro. Alguns magistrados ao analisarem os processos de adoção *intuitu personae* que são encaminhados, realizam suas determinações em sentido estrito a observância do Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Como não possuímos uma previsão precisa da aceitação ou negação da referida modalidade de adoção, essa lacuna abre brechas para a execução do processo da maneira que o julgador entender ser a forma mais correta. Os princípios constitucionais em alguns casos são deixados de lado, para que o direito positivado prevaleça.

Com a promulgação da Lei n. 12.010 de 2009, a conhecida Lei Nacional da Adoção, não se posiciona sobre a aceitação expressa da adoção *intuitu personae*, porém também não veda.

Eunice Ferreira Rodrigues Granato<sup>26</sup> ao expor sobre a Lei n. 12.010 de 2009 aponta a impossibilidade na realização da adoção *intuitu personae*, pois segundo a mesma, “a Lei n. 12.010 de 2009 veio fechar todas as portas que permitiam a adoção *intuitu personae* [...]”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990, estabelece que as adoções devem ser realizadas em conformidade com os requisitos e com a ordem cronológica

---

<sup>26</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção. Doutrina e Prática.* Curitiba: Ed. Juruá, 2010. p. 143.

de habilitação<sup>27</sup> e a disponibilidade de crianças e adolescentes, os quais também devem estar cadastrados no CNA.

Segundo previsão do ECA de nada adiantaria uma criança estar em posse de determinada família se tanto adotantes como o adotado não estão habilitados no Cadastro Nacional de Adoção. Pois ao solicitar o pedido de guarda – adoção, o fundamento de negação a ser utilizado será a ausência de habilitação de cadastro no órgão competente.

Na Apelação Cível n. 70064544422<sup>28</sup> da Oitava Câmara Cível do Rio Grande do Sul, um pedido de adoção *intuitu personae* foi desprovido, pois conforme fundamentação do relator Ricardo Moreira Lins Pastl, os solicitantes do pedido não estavam habilitados no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e não preenchia os requisitos do artigo 50, parágrafo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual indica as hipóteses de adoção sem analisar o CNA, vejamos a ementa abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. ECA. ADOÇÃO INTUITU PERSONAE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. INDEFERIMENTO DA INICIAL. SENTENÇA MANTIDA. Irretocável a decisão acoiada, que julgou extinto o processo, na forma do art. 267, I, do CPC, ante a impossibilidade da adoção pleiteada, visto que ausentes os requisitos necessários constantes no § 13 do art. 50 do ECA para eventual deferimento do pedido de adoção *intuitu personae*. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70064544422, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 02/07/2015). (TJ-RS - AC: 70064544422 RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Data de Julgamento: 02/07/2015, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/07/2015)

Em decisão colegiada proferida na Justiça Comum mencionada acima, o relator aponta a existência de afeto (princípio da afetividade) e o melhor interesse da criança, porém indefere o pedido da adoção *intuitu personae*, pois conforme posição da turma, “o procedimento não respeitou minimamente os trâmites legais e não guarda nenhuma situação de excepcionalidade”<sup>29</sup>. Quando os interessados em adotar uma criança e/ou adolescente se inscrevem, cumprem requisitos rigorosos para sua efetiva habilitação, esse é o argumento principal utilizado ao negar o provimento da adoção *intuitu personae*.

---

<sup>27</sup> Art. 197-E. Deferida a habilitação, o postulante será inscrito nos cadastros referidos no art. 50 desta Lei, sendo a sua convocação para a adoção feita de acordo com ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes adotáveis. (Lei n. 8.069 de 1990 – ECA).

<sup>28</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível 70064544422 RS. Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/205746828/apelacao-civel-ac-70064544422-rs/inteiro-teor-205746845?ref=juris-tabs>> Acesso em: 13 mai. 2017.

<sup>29</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível 70064544422 RS. Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/205746828/apelacao-civel-ac-70064544422-rs/inteiro-teor-205746845?ref=juris-tabs>> Acesso em: 13 mai. 2017.

Importante destacar que nos processos de adoção, seja a modalidade que for discutida, o interesse dos menores que devem prevalecer e não dos adotantes. Uma análise criteriosa deve ser analisada frente ao caso concreto, não pode simplesmente analisar a vontade dos pais que solicitam a guarda e adoção, os interesses das crianças e/ou adolescentes devem prevalecer acima de qualquer arbitrariedade judiciária.

Eunice Ferreira Rodrigues Granato<sup>30</sup> exemplifica que quando um casal acompanha uma mãe durante o parto, e essa mãe promete seu filho logo após o parto, ou seja, quando ela escolhe para onde será o destino do filho, tal atitude viola o disposto no artigo 13, parágrafo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual dispõe que “as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude”.

Em outras palavras, a entrega do filho seria uma violação direta ao disposto em Lei, não somente essa previsão acima mencionada, como no artigo 258-B do mesmo dispositivo legal (Lei n. 8.069 de 1990), os médicos e envolvidos com a gestante devem encaminhar diretamente à autoridade judiciária quando tiverem conhecimento da vontade da mãe em entregar filho a terceiro/adoção.

Diante da impossibilidade apresentada frente a adoção *intuitu personae*, o mais correto e seguro, segundo alguns doutrinadores e juristas, é realizar a adoção da maneira estipulada pelo Estado, com isso evita desgastes emocionais que possam a surgir em uma negativa de adoção.

## 5. CONCLUSÃO

O propósito do artigo foi apresentar o estudo da adoção *intuitu personae* com base no princípio constitucional do melhor interesse da criança, demonstrando-o sob a ótica da doutrina, jurisprudência e das normas contidas no direito positivado brasileiro.

Com a apresentação da possibilidade e da impossibilidade da adoção *intuitu personae*, se conclui que o Poder Judiciário está fortemente ligado com a negação dos pedidos da referida adoção, pois este fundamenta que os requisitos legais para adoção devem ser preenchidos. Entretanto, conforme estudo de casos concretos julgados em Tribunais nota-se

---

<sup>30</sup> GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção*. Doutrina e Prática. Curitiba: Editora Juruá. 2010. p.144.

que os princípios aplicáveis ao Direito de Família, em especial a adoção, devem ser analisados e considerados.

Mesmo que o menor aparentemente esteja em desvantagem com a adoção *intuitu personae*, muitas vezes ele está em um lar seguro e amoroso, ou seja, o interesse da criança e/ou adolescente deverá prevalecer com absoluta prioridade nos casos levados a julgamento.

O menor ao ser submetido ao sistema burocrático de adoção estará sujeito a danos psicológicos, sendo privado de receber carinho, amor e o afeto que somente uma família poderá lhe proporcionar. Motivo este que a adoção *intuitu personae* é indicada para que o processo aconteça de maneira mais ágil, evitando assim danos futuros que poderão ser irreparáveis. Conclui-se com o presente artigo, a consideração da adoção *intuitu personae* pelos magistrados, bem como sua devida regulamentação pelo sistema jurídico brasileiro.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)> Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.406** de 10 de janeiro de 2002. Atual Código Civil Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.010** de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente e revoga dispositivos do Código Civil Brasileiro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm)> Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.632** de maio de 2014. Dispõe sobre prazo para adoção *intuitu personae*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm)> Acesso em: 27 abr. 2017.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial n. 1.628.245. Relator Ministro Raul Araújo. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1563570&tipo=0&nreg=201102855563&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20161215&formato=PDF&salvar=false>> Acesso em: 12 mai. 2017.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Apelação Cível 70064544422 RS. Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl. Disponível em: <<https://tj->

OLIVEIRA, E. D. C. M. de; SANTOS, M. C. dos. *Adoção Intuitu Personae: uma análise sócio-jurídica quanto ao melhor interesse da criança*. In: **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. Ano IX, nº. 16, jan/jun 2017. ISSN 2175-7119.

rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/205746828/apelacao-civel-ac-70064544422-rs/inteiro-teor-205746845?ref=juris-tabs> Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Apelação Cível 70066269267 RS. Relator: Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/268403311/apelacao-civel-ac-70066269267-rs/inteiro-teor-268403344?ref=juris-tabs#>> Acesso em: 13 mai. 2017.

COÊLHO, Bruna Fernandes. **Adoção intuitu personae sob a égide da Lei nº 12.010/09**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9265](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9265)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

CNJ – **Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Adoção – Guia do Usuário**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/programas/cadastro-adocao/guia-usuario-adocao.pdf>>. Acesso em 30 de abr. de 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2015.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção**. Doutrina e Prática. Curitiba: Editora Juruá. 2010.

KUSANO, Suely Mitie. **Adoção de Menores – Intuitu Personae**. Curitiba: Editora Juruá. 2011.

IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). **IBDFAM aprova Enunciados**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5819/IBDFAM+aprova+Enunciados+++>>. Acesso em: 20 de mai. de 2017.

LIMA, Karine Barbosa de. **Adoção Intuitu Personae e Adoção à Brasileira: Aspectos Legais e Consequências Práticas**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI221464,71043-Adocao+intuito+personae+e+adocao+a+brasileira+aspectos+legais+e>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

SENADO – **Questão do prazo na adoção**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/questao-do-prazo-na-adocao.aspx>>. Acesso em 12 de mai. de 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Volume Único**. 5. Ed. São Paulo: Editora Método. 2015.

OLIVEIRA, E. D. C. M. de; SANTOS, M. C. dos. *Adoção Intuitu Personae: uma análise sócio-jurídica quanto ao melhor interesse da criança. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET.* Curitiba PR - Brasil. Ano IX, n°. 16, jan/jun 2017. ISSN 2175-7119.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **Famílias Nossas de Cada Dia.** Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/congresso/index.php/evento/home>>. Acessado em 20 de mai. de 2017.